

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

STUDENTS WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION: INCLUSION AND ACCESSIBILITY DURING EMERGENCY REMOTE TEACHING

Aldeir Carlos Nasareth Vasconcellos¹
Mylene Cristina Santiago²

DOI: 10.34019/2179-3700.2024.v24.46194

ENVIADO EM: 6/10/2024

APROVADO EM: 11/11/2024

RESUMO

Esse trabalho é um recorte da pesquisa 'Ensino Remoto Emergencial: alunos com deficiência no ensino superior', que buscou compreender como o modelo do ensino remoto emergencial, no contexto da pandemia de COVID-19, impactou os estudantes com deficiência nas universidades federais brasileiras e como estas instituições enfrentaram o desafio da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência nesse novo contexto. O objetivo é apresentar uma síntese do mapeamento das produções realizadas pelas universidades, por regiões brasileiras, durante o período da pandemia. Nossos resultados evidenciam que apesar das barreiras impostas pelo período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, houve experiências inclusivas que ampliaram as oportunidades educacionais a estudantes com deficiência e que ainda há grandes desafios a serem enfrentados para garantir a participação e acessibilidade deste grupo no ensino superior.

Palavras-chaves: Ensino superior. Inclusão. Acessibilidade. Pandemia. Estudantes com deficiência.

ABSTRACT

¹ Afiliação institucional, minicurrículos e respectivos endereços de e-mail do(s) autor(es). Programa de IC envolvido, e endereço profissional completo do professor orientador.

² Prof^a. Dr. Mylene Cristina Santiago, docente do Departamento de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenadora do grupo de pesquisa e extensão em Acessibilidade Curricular e Inclusão em Educação (ACINC). Contato: mylenesantiago87@gmail.com.

This work is an excerpt from the research 'Emergency Remote Teaching: students with disabilities in higher education,' which aimed to understand how the emergency remote teaching model, in the context of the COVID-19 pandemic, impacted students with disabilities in Brazilian federal universities and how these institutions faced the challenge of accessibility and inclusion for people with disabilities in this new context. The objective is to present a summary of the mapping of initiatives carried out by universities, by Brazilian regions, during the pandemic period. Our results show that, despite the barriers imposed by the suspension of in-person academic activities, there were inclusive experiences that expanded educational opportunities for students with disabilities, and that there are still significant challenges to be addressed in ensuring participation and accessibility for this group in higher education.

Keywords: Higher education. Inclusion. Accessibility. Pandemic. Students with disabilities.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de covid-19, impôs a necessidade de distanciamento social, que resultou em novos e urgentes desafios para a educação. Barreiras estruturais não superadas na educação presencial se transpuseram para o espaço virtual com o ensino remoto emergencial (ERE). Estudantes com deficiência que antes enfrentavam barreiras de acessibilidade, no que tange aos espaços arquitetônicos e aos transportes, passaram a experimentar barreiras de acessibilidade digital juntamente com os permanentes desafios comunicacionais, metodológicos e atitudinais. As instituições federais de ensino superior (IFES) apresentaram propostas e possibilidades com o intuito de garantir o direito à educação de qualidade para todos, mas em que medida tais orientações se efetivam em práticas que possibilitam a inclusão e acessibilidade curricular?

O objetivo deste artigo é entender as práticas adotadas pelas Universidades Federais brasileiras durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e apresentar uma síntese do mapeamento das produções realizadas pelas universidades, por regiões brasileiras, durante o período da pandemia. Nossa metodologia envolveu pesquisa e análise documental das 69 Universidades Federais brasileiras. A pesquisa em questão envolveu apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

METODOLOGIA

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo comitê de ética (CEP). A pesquisa foi planejada em quatro etapas: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, questionário e entrevistas com estudantes com deficiência. A pesquisa documental consistiu na fase em que fizemos o mapeamento, a seleção e a análise documental das cartilhas e manuais de orientações, produzidos pelos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão das IFES, durante o ensino remoto emergencial, no que tange à inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência. Nossos dados foram produzidos a partir da coleta de informações das produções em sites e redes sociais das 69 IFES. Para facilitar a análise dos dados, inicialmente realizamos estudo das cinco regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste, para então sistematizar o panorama nacional das produções.

RESULTADOS

As 69 UF's brasileiras, majoritariamente, movimentaram concepções e estratégias para lidarem com a diversidade na inclusão e acessibilidade de seus alunos durante o período pandêmico, que obrigou a reestruturação do ensino à modalidade de ensino remoto. Ainda que essas instituições estivessem frente a um contexto de acirramento das desigualdades e enfrentando as barreiras de acessibilidade transpostas do ensino presencial para o remoto, se propuseram a direcionar os seus esforços, para orientar e aproximar os discentes com alguma necessidade especial educacional em seus ambientes e conteúdos programáticos.

Tais aproximações foram capazes de mobilizar conhecimentos presentes em documentos como o Desenho Universal para a Aprendizagem (NUNES & MADUREIRA, 2015), o Index para a Inclusão (BOOTH: AINSCOW, 2011) e a Lei nº13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão. No decurso deste trabalho, constatamos a importância dos Núcleos de Inclusão e Acessibilidade (NAI) na promoção de políticas e práticas de inclusão.

A título de ilustração e didática e melhor visualização acerca das análises realizadas neste trabalho, foi produzida uma tabela com as 5 regiões brasileiras, os estados que as compõem e suas respectivas universidades federais. Deste modo, busca-se revelar a dimensão e a relevância deste trabalho para futuras publicações.

Quadro 1: Universidades Federais Brasileiras

Região Norte:

AC - Fundação Universidade Federal do Acre -UFAC

AM - Universidade Federal do Amazonas - UFAM

AM - Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA

AP - Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

PA - Universidade Federal do Pará - UFPA

PA - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

PA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA

RO - Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

RR - Universidade Federal de Roraima - UFRR

TO - Universidade Federal de Tocantins - UFT

TO- Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT

Região Nordeste:

AL - Universidade Federal de Alagoas - UFAL

BA - Universidade Federal da Bahia - UFBA

BA - Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB

BA - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

BA - Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

BA - Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

CE - Universidade Federal do Ceará - UFC

CE - Universidade Federal do Cariri - UFCA

CE - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

MA - Universidade Federal do Maranhão - UFMA

PB - Universidade Federal da Paraíba - UFPB

PB - Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

PE - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

PE - Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
PE - Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
PI - Universidade Federal do Piauí - UFPI
RN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
RN - Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
SE - Fundação Universidade Federal de Sergipe - UFS

Região Centro-Oeste:

DF - Universidade de Brasília - UnB
GO - Universidade Federal de Goiás - UFG
GO - Universidade Federal de Catalão - UFCat
GO - Universidade Federal de Jataí - UFJ
MS - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
MS - Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
MT - Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
MT - Universidade Federal de Rondonópolis - UFR

Região Sudeste:

ES - Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
MG - Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL
MG - Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI
MG - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
MG - Universidade Federal de Lavras - UFLA
MG - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
MG - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
MG - Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ
MG - Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM
MG - Universidade Federal de Uberlândia - UFU

MG - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

MG - Universidade Federal de Viçosa - UFV

RJ - Universidade Federal Fluminense - UFF

RJ - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

RJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

RJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

SP - Universidade Federal do ABC - UFABC

SP - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

SP - Universidade Federal de São Paulo - Unifesp

Região Sul:

PR - Universidade Federal do Paraná - UFPR

PR - Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

RS - Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

RS - Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

RS - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA

RS - Universidade Federal do Rio Grande - FURG

RS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

RS - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

SC - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

SC - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

FONTE: Autores, 2024

Os mecanismos utilizados para que o objetivo de atendimento ao público da educação de pessoas com deficiência fosse atingido, recorreram a diversas estratégias adotadas. Será elucidado ao longo do texto, que é perceptível o afincamento das UF's por meio de publicações oficiais, assim como manuais orientadores divulgados para a comunidade acadêmica, ou, até mesmo, em divulgações de informações em redes

sociais. A priori, destacamos que há uma preocupação com a formação de pessoas com deficiência, sabemos, porém, que muitas demandas ainda são carentes de soluções, pois a ponderação acerca de uma série de fatores é imperativa, considerando, por exemplo, barreiras que atravessam a nossa sociedade e nosso cotidiano acadêmico.

É por esta razão que, ao analisar as práticas adotadas pelas UF's dando importância aos processos envolvidos, se faz necessário o resgate de movimentos históricos de dispositivos legais que afirmam o direito à formação e profissionalização das pessoas com deficiência. O Programa Incluir (2005) do Ministério da Educação, foi peça fundamental para tentar suprir essa demanda formativa, orientando a criação de Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI) nas instituições de ensino. A notoriedade desse dispositivo é a aderência das instituições e, também, devido à assistência dirigida aos discentes com alguma deficiência ingressantes na educação superior, reforçando o direito e a permanência desse grupo no ambiente acadêmico.

Para além das finalidades do Programas Incluir (2005), podemos destacar o marco nas produções acadêmicas sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas UF's, que foi a Lei de Cotas nº 12.711, originada em 2012 e alterada pela Lei nº13.409/2016, para garantir o acesso de um grupo social antes expressado timidamente nas universidades, as PCD's. Desde então, cresceu extraordinariamente o número de pessoas com deficiência com interesse na formação superior, trazendo consigo a sensibilidade e a preocupação com suas recentes chegadas e o prosseguimento em seus preparativos para futuros profissionais.

Conforme o aumento de pessoas com deficiência e produção acadêmica ocorriam, outros documentos foram acionados pelas UF's como ferramentas de consulta importantes para a promoção de uma educação equitativa e respeitosa, principalmente no recorte temporal ao qual é dedicado este artigo. Dessa forma, o Index para a Inclusão (2011) e o Desenho Universal para a Aprendizagem, formam um conjunto que compõem a escrita deste trabalho, pois se trata da transposição das barreiras supracitadas.

Neste sentido, o Index para a Inclusão (2011) cumpre o papel de orientar por meio de questionamentos e pontuações esclarecedoras sobre as práticas, políticas e culturas que permeiam o ambiente escolar. Este documento foi desenvolvido em um contexto de escolas inglesas, mas quando há o desejo de criar um espaço com princípios inclusivos, suas reflexões transbordam para outras realidades. O Index pode

ser integrado ao processo de planejamento de desenvolvimento inclusivo e seus valores.

Embora os desafios da escola sejam, em parte, sejam distintos da universidade, há intersecções que nos fazem compreender que os princípios do Index (2011) podem ser revisados para esse cenário, promovendo sempre ações que os envolve, pois, nas palavras dos autores, as políticas, práticas e culturas são 3 (três) dimensões consideradas fundamentais neste documento e faz parte do cotidiano de ambos espaços.

Ao encontrar a necessidade de entender a dinâmica desses princípios, buscamos estudos que dialogassem com o currículo, algo que fosse mais próximo do que se espera na concepção de um currículo inclusivo. O Documento Universal para a Aprendizagem foi o que mais incorporou os valores que desejávamos analisar e encontrar nas universidades, demonstrando como as propostas do Index (2011) seriam aplicadas neste meio. O aprofundamento no documento deu-se, essencialmente, por autoras dedicadas a estudá-lo, portanto autoras como (Madureira & Nunes, 2015, p.33) tornaram-se fonte para explicar que o DUA é: “[...]uma abordagem curricular que procura reduzir os fatores de natureza pedagógica que poderão dificultar o processo de ensino e de aprendizagem, assegurando assim o acesso, a participação e o sucesso de todos os alunos.”

Quanto ao conceito de barreiras, podemos notar que estão presentes nas pesquisas e discussões de diversos autores, mesmo não sendo percebidas diariamente, entendemos que elas estão presentes e são recorrentes em nossa sociedade. Elas podem surgir por questões econômicas, de raça, gênero e, no que tange este artigo, as barreiras impostas às pessoas com deficiência. Poderíamos citar cada intersecção que faz essas barreiras existirem, mas, desvirtuaria o propósito deste trabalho.

Há muitas barreiras para pessoas com deficiência que podem ferir ou prejudicar o direito e à formação humana e profissional desses estudantes, as principais são nomeadas como: barreiras atitudinais, comunicacionais, pedagógicas, metodológicas, arquitetônicas, nos transportes e urbanísticas. A Lei nº 13146/2015, considerada o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 3º e seu inciso IV, define barreiras como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, tais barreiras podem ser classificadas em: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas (BRASIL, 2015).

Algumas práticas adotadas pelas UF's brasileiras, ao considerarmos as barreiras supracitadas, podem agir de forma antagônica à elas, permitindo que pessoas sejam destituídas de seus direitos por não terem acesso apropriado às informações necessárias para reivindicá-los ou que sua permanência nos estudos sejam prejudicadas devido a esses obstáculos.

A primeira região a ser analisada é a Sudeste, pois dentre as 18 instituições situadas nesta região, foi constatado que apenas 10 produziram materiais que tivessem orientações sobre o contexto pandêmico, além de informações sobre assistências oferecidas pelos NAI's das instituições. Contudo, a autora Lourenço *et al* (2023), destaca a dificuldade no acesso sobre determinados procedimentos e solicitações, inferindo que um estudante, a depender de sua deficiência, pode ter complicações ainda maiores nesse acesso. Porém, ela ressalta que houve algumas universidades que prezaram pela qualidade na produção de materiais, sendo elas: “a UFSCAR, a UFTM, a UFV, a UFMG, a UFJF, a UNIFAL, a UFU e a UFVJM”. Para as autoras, os critérios avaliados nos documentos produzidos dessas universidades:

[...] dizem respeito ao aprofundamento de suas propostas metodológicas para promover a acessibilidade curricular, à forma como as orientações pedagógicas foram disponibilizadas e à especificação das propostas implementadas para promoção de acesso e participação dos estudantes durante o ERE. (LOURENÇO, et al, 2024, p.8)

De acordo com a autora, há conteúdos e proposições acerca das metodologias, tecnologias, acessibilidade e acesso desses estudantes, que influenciam diretamente em como eles irão aprender, a sua participação, permanência e a qualidade desse ensino. A troca de experiências, seja nas ações apresentadas ou em reflexões propostas, é um fato que deveria ser preponderante, por justamente ajudar na construção de propostas que atinjam diferentes realidades e espaços de formação.

Quanto às 8 UF's do Centro-Oeste, notamos que apenas 5 destas propuseram e produziram ações e documentos orientadores quanto à forma de lidar com o contexto marcado pela Sars-cov-19. As 5 UF's do Centro-Oeste que se preocuparam em traçar meios que possibilitassem a continuidade dos estudos dos seus discentes, independente de suas características psico-físico-sociais, produziram orientações em formato de cartilhas, baseando-se na LBI e partilhando a essência de um currículo pensado para todos, assim como proposto pelo DUA.

A título de exemplo, a Universidade Federal de Goiás (UFG), criou dois grupos para auxiliar o Sistema Integrado dos Núcleos de Acessibilidade (SINACE): um grupo de

Acessibilidade pedagógica; e o outro de Acessibilidade tecnológica. Esta atitude nos revela o cuidado da instituição para incluir os alunos ao seu currículo, algo que a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) estava em completa consonância. As demais instituições fizeram suas contribuições partindo de resoluções e informativos, deixando explícito seus interesses pelo tema e a sensibilidade quanto à execução de práticas inclusivas. É nesse sentido que as autoras (Gomes, Souza e Santiago, 2023, p.11), ao analisar os documentos e ações das universidades dessa região, destacam que:

Na análise dos documentos das universidades da região centro-oeste, ficou evidenciado o esforço das instituições em planejar ações para o enfrentamento da situação, tendo como um dos objetivos levar informação de qualidade para os estudantes com deficiências, proporcionando a possibilidade de efetiva participação desses estudantes nas atividades acadêmicas durante o período de vigência do ERE.

Ao focalizarmos na Região Norte, percebemos outra forma de comprometimento e empreendimento, cabendo destacar a oferta de bolsas de auxílio à recursos de tecnologia assistiva para seus alunos. De acordo com Santiago *et al* (2023), esse auxílio foi disponibilizado pela Universidade Federal do Pará, que repassou recursos financeiros aos alunos que precisavam adquirir tais tecnologias. A autora também ressalta a importância dessas ações e demonstra algo semelhante que ocorreu nesse período na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), que auxiliou os alunos que apresentavam demandas em relação à tecnologia com bolsas de incentivo à compra de recursos tecnológicos.

Em relação à Região Nordeste percebemos uma grande manifestação com o interesse na superação de barreiras, além da preocupação com a mudança na cultura, por considerá-la, tal como o Index (BOOTH; AINSCOW, 2011), um conceito central na transformação da nossa sociedade para uma sociedade mais inclusiva e acessível. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), demonstram essa preocupação em suas produções ao tratarem de acessibilidade e inclusão durante a pandemia do covid-19.

Em outras instituições, também foram implementadas práticas que garantem a participação de seus estudantes, seja por meio de bolsas para permitir o acesso à tecnologias assistivas, empréstimos, cartilhas ou documentos oficiais capazes de levar informação ao corpo acadêmico. Segundo Vasconcellos *et al* (2023), há a necessidade de incorporar políticas e estratégias para ampliar o processo de inclusão e

acessibilidade dos estudantes com deficiência nas UF's do nordeste. Outro destaque a ser feito, refere-se a produção conjunta de algumas instituições, que não se mantiveram restritas ao seu *locus* e buscaram compartilhar os seus conhecimentos para construir orientações, de forma colaborativa, capazes de atender às necessidades educacionais existentes.

Nas análises ficou evidenciado que a região Sul, através dos NAI, focou na produção de materiais e orientações, buscando responder à necessidade de acessibilidade e inclusão por meio de tecnologia assistiva. As produções citadas nessas instituições tiveram um número reduzido de materiais no formato de cartilhas ou documentos orientadores. Ainda assim, não é um indicativo de inação dessas instituições na promoção de uma educação superior inclusiva, pois há publicações e discussões acerca do tema em seus sites, mídias sociais. Algumas instituições são destacadas: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, por seus investimentos em tecnologias assistiva; UFPR (Universidade Federal do Paraná), com empréstimo de computadores; e as demais por seus materiais explicativos e orientadores, contribuindo para reflexões sobre os currículos e a conceituação de termos encontrados em textos sobre acessibilidade e inclusão.

CONCLUSÃO

Portanto, o que fica claro sobre os estudos realizados é que embora as Universidades Federais brasileiras tenham aspirações desejáveis no campo da inclusão, ainda é fundamental que novas propostas possam surgir, pois a permanência de seus alunos - com qualquer que seja a necessidade educacional - precisa do amparo de instituições preparadas para recebê-los. Tal constatação não se restringe a uma única região do Brasil, mas abrange as cinco regiões, deixando em evidência que, até mesmo os dispositivos legais são insuficientes para gerar uma conscientização coletiva quanto às propostas de utilização prática dos conceitos abordados neste trabalho. Ou seja, as demandas abruptas de ensino constatadas na pandemia demonstraram os esforços de cada instituição no que diz respeito à educação de pessoas com deficiência, porém ainda há necessidade de ampliação das práticas e políticas adotadas.

No entanto, isso não significa inação das instituições, mas um movimento tímido acerca da temática, faltando elementos que parecem ainda estar em discussão ou que ainda não foram colocados em debates internos. Por fim, as análises aqui

apresentadas, podem servir como provocações para o surgimento de novos modos de aspirar as Instituições de Ensino Superior Federais, podendo se propagar para outros ambientes que necessitem de mudanças profundas, tanto em suas diretrizes, quanto em suas atitudes.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP) pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index para Inclusão**. Centre for Studies on Inclusive Education, 2011. Disponível em: <https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2020/05/index-para-a-inclusao.pdf> Acesso em: 06 Out. 2024.

BRASIL. **Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior** Secadi/SESu. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 06 Out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm Acesso em: 06 Out. 2024.

GONÇALVES, Laís Lopes de Souza; VASCONCELLOS, Aldeir Carlos Nasareth de; SANTIAGO, Mylene Cristina; BATISTA, Rodolfo Luís Leite (no prelo). Acessibilidade e inclusão no ensino superior em tempos de pandemia: a região sul em foco. **Pesquisa e debate em educação**.

GOMES, Patricia Morais; SOUZA, Queila Érica Taligliatti de; SANTIAGO, Mylene Cristina. **Acessibilidade e Inclusão em tempos pandêmicos**: uma análise dos documentos das Universidades Federais da Região Centro-Oeste. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos, 2023. Disponível em:

<<https://proceedings.science/cbee/cbee-2023/trabalhos/acessibilidade-e-inclusao-em-tempos-pandemicos-uma-analise-dos-documentos-das-un?lang=pt-br>> . Acesso em: 06 Out. 2024.

LOURENÇO, Giulia Garcia Meira Reis; VERASSANI, Ana Luiza; BATISTA, Rodolfo Luís Leite; SANTIAGO, Mylene. **Ensino Superior e pandemia:** inclusão de Pessoas com Deficiência nas universidades federais da Região Sudeste. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos, 2023. Disponível em: <<https://proceedings.science/cbee/cbee-2023/trabalhos/ensino-superior-e-pandemia-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-nas-universidades?lang=pt-br>> . Acesso em: 06 Out. 2024.

NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel Pizarro. Desenho universal para a aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Da Investigação às Práticas** , Lisboa, v. 5, n. 2, p. 126-143, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5211/1/84-172-1-SM.pdf> Acesso em: 06 Out. 2024.

SANTIAGO, Mylene Cristina; PAULA, Bianca Moreira de; SILVEIRA, Daniele Fonseca da; SOUSA, Victor Cristian Pereira de. **Estudantes com deficiência no ensino superior em tempos de pandemia:** a região norte em foco. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos, 2023. Disponível em: <<https://proceedings.science/cbee/cbee-2023/trabalhos/estudantes-com-deficiencia-no-ensino-superior-em-tempos-de-pandemia-a-regiao-nor?lang=pt-br>> . Acesso em: 06 Out. 2024.

VASCONCELLOS, Aldeir Carlos Nasareth de; GONÇALVES, Laís Lopes de Souza; SANTIAGO, Mylene Cristina. **Ensino remoto emergencial no ensino superior:** inclusão e acessibilidade na região nordeste. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos, 2023. Disponível em: <<https://proceedings.science/cbee/cbee-2023/trabalhos/ensino-remoto-emergencial-no-ensino-superior-inclusao-e-acessibilidade-na-regiao?lang=pt-br>> . Acesso em: 06 Out. 2024.